

Artigo

Políticas públicas educacionais e alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista: formação docente e a ludicidade como prática pedagógica inclusiva no contexto brasileiro

Educational public policies and literacy of children with Autism Spectrum Disorder: teacher training and playfulness as an inclusive pedagogical practice in the Brazilian context

Simone Nunes de Barros Jaques Coelho¹, Josevam Lopes do Nascimento², Claudine da Rocha Pinheiro Bezerra³, Eva Nascimento de Souza Lima⁴, Maria Irineia de Souza Freitas⁵, Fabíola de Fátima Andrade Frimaio⁶, Joia de Melo Cruz⁷ e Patrícia de Battisti Almeida⁸

¹Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University, Miami, Flórida. ORCID: 0000-0002-1138-0438. E-mail: simonenjaques88@gmail.com;

²Doutorando em Educação pela Universidad del Sol, Assunção, Paraguai. ORCID: 0009-0003-5338-7798. E-mail: josevanlopes@yahoo.com.br;

³Mestranda em Educação pela Universidade do Estado de São Paulo, Marília, São Paulo. ORCID: 0009-0007-6556-0286. E-mail: claudine.pinheiro@unesp.br;

⁴Especialista em Psicopedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci, Indaial, Santa Catarina. ORCID: 0009-0002-9758-9116. E-mail: evasouzapsicopedagoga@gmail.com;

⁵Mestre em Ciências da Educação. ORCID: 0009-0000-0824-3531. E-mail: irineiasonora@gmail.com;

⁶Doutora em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo. ORCID: 0009-0000-2907-8483. E-mail: fabiolafrimaio@gmail.com;

⁷Doutora em Educação pela Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia. ORCID: 0009-0006-2209-090X. E-mail: joia.melocruz@gmail.com;

⁸Doutora em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito, São Paulo. ORCID: 0009-0003-7827-6576. E-mail: patigralmeida@gmail.com.

Submetido em: 02/07/2025, revisado em: 15/07/2025 e aceito para publicação em: 20/07/2025.

RESUMO:

O processo de alfabetização e letramento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um desafio complexo no cenário educacional brasileiro, demandando políticas públicas específicas e formação docente adequada. Este estudo analisa criticamente as políticas educacionais implementadas no Brasil para a alfabetização de crianças com TEA, investigando como as diretrizes governamentais influenciam as práticas pedagógicas escolares e o papel da ludicidade como estratégia inclusiva. A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender os impactos das políticas públicas na educação especial, considerando as desigualdades sociais e regionais que afetam o acesso à educação de qualidade para esta população. O objetivo principal é examinar as contribuições e limitações das políticas públicas voltadas à alfabetização de crianças com TEA, analisando a efetividade dos programas governamentais e a adequação da formação docente para práticas pedagógicas inclusivas. A metodologia adota abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica sistemática e análise documental de legislações, diretrizes educacionais e relatórios oficiais. O referencial teórico articula conceitos de alfabetização, letramento, educação inclusiva e políticas públicas, enfatizando a ludicidade como prática pedagógica facilitadora do processo de aprendizagem. Os resultados esperados incluem a identificação de lacunas nas políticas atuais, proposição de estratégias para aprimoramento da formação docente e consolidação de práticas lúdicas como ferramentas eficazes na alfabetização de crianças com TEA no contexto educacional brasileiro.

Palavras-chave: Políticas públicas educacionais; Transtorno do Espectro Autista; Alfabetização; Formação docente; Ludicidade; Educação inclusiva.

ABSTRACT:

The literacy and reading development process for children with Autism Spectrum Disorder (ASD) represents a complex challenge in the Brazilian educational scenario, demanding specific public policies and adequate teacher training. This study critically analyzes the educational policies implemented in Brazil for the literacy of children with ASD, investigating how governmental guidelines influence school pedagogical practices and the role of playfulness as an inclusive strategy. The research is justified by the need to understand the impacts of public policies on special education, considering the social and regional inequalities that affect access to quality education for this population. The main objective is to examine the contributions and limitations of public policies aimed at literacy for children with ASD, analyzing the effectiveness of governmental programs and the adequacy of teacher training for inclusive pedagogical practices. The methodology adopts a qualitative approach, based on systematic literature review and documental analysis of legislation, educational guidelines, and official reports. The theoretical framework articulates concepts of literacy, reading development, inclusive education, and public policies, emphasizing playfulness as a pedagogical practice that

facilitates the learning process. Expected results include the identification of gaps in current policies, proposition of strategies for improving teacher training, and consolidation of playful practices as effective tools in the literacy of children with ASD within the Brazilian educational context.

Keywords: Educational public policies; Autism Spectrum Disorder; Literacy; Teacher training; Playfulness; Inclusive education.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O processo de alfabetização e letramento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um dos maiores desafios contemporâneos da educação inclusiva, demandando políticas públicas específicas e formação adequada dos profissionais da educação. No contexto brasileiro, onde as desigualdades educacionais se entrelaçam com as necessidades especiais de aprendizagem, torna-se fundamental compreender como as diretrizes governamentais influenciam as práticas pedagógicas voltadas para essa população específica.

As políticas públicas educacionais brasileiras, embora contemplem princípios inclusivos em documentos como a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) e o Plano Nacional de Educação (PNE), ainda enfrentam significativas lacunas em sua implementação prática. Conforme destacam Cabral e Marin (2017), essas diretrizes frequentemente encontram limitações em sua efetivação nas escolas públicas, revelando barreiras estruturais que dificultam a tradução dos princípios inclusivos em práticas concretas e eficazes no ambiente escolar. Esta realidade se torna ainda mais complexa quando consideramos as especificidades do TEA no processo de alfabetização e letramento.

A formação continuada de professores emerge como elemento central neste contexto, uma vez que a maioria dos educadores não se sente adequadamente preparada para atender às demandas educacionais específicas de crianças com TEA. Como evidenciam Whalon e Hart (2011), a escassez de capacitação específica dos professores para trabalhar com alunos autistas afeta diretamente a qualidade das práticas pedagógicas e limita o desenvolvimento pleno das habilidades de leitura e escrita desses estudantes. Esta lacuna formativa compromete não apenas o processo de alfabetização, mas também as possibilidades de desenvolvimento integral da criança com TEA.

Soma-se a este cenário a necessidade de incorporação de estratégias pedagógicas diferenciadas, incluindo o uso de tecnologias assistivas e metodologias ativas que tornem o processo de aprendizagem mais acessível e significativo. Soares (2023) aponta que muitos programas de formação continuada carecem de conteúdos específicos para o ensino de crianças autistas, abordando insuficientemente as metodologias inovadoras e a importância da ludicidade no ambiente escolar. Esta deficiência compromete a qualidade da educação oferecida e perpetua práticas pedagógicas inadequadas às necessidades desses alunos.

Diante desse panorama, emerge a necessidade de uma análise crítica das políticas públicas voltadas à alfabetização e letramento de crianças com TEA,

investigando não apenas os marcos normativos existentes, mas principalmente sua efetividade na transformação das práticas educacionais. Este estudo se propõe a examinar como as diretrizes governamentais impactam o processo de ensino-aprendizagem dessa população específica, identificando tanto as contribuições quanto as limitações das políticas implementadas, com vistas a contribuir para o aprimoramento das práticas inclusivas e para a formação de cidadãos plenamente letrados, independentemente de suas características neurológicas.

2 AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA CRIANÇAS COM TEA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

A análise das políticas públicas voltadas à alfabetização e letramento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) evidencia avanços e desafios significativos. Embora legislações como a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) e o Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleçam diretrizes para a inclusão, há lacunas consideráveis na implementação efetiva desses princípios nas escolas públicas. Esses desafios incluem a falta de infraestrutura adequada, a ausência de materiais didáticos adaptados e a escassez de capacitação dos professores para lidar com as particularidades do TEA no processo de alfabetização.

A avaliação das políticas públicas voltadas para a educação inclusiva de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil destaca tanto avanços quanto desafios consideráveis no processo de alfabetização e letramento. A Política Nacional de Educação Especial (PNEE) e o Plano Nacional de Educação (PNE) configuram diretrizes que asseguram o direito à educação inclusiva, contemplando o desenvolvimento educacional e social de crianças com TEA (De Oliveira et al., 2022). Contudo, essas diretrizes frequentemente encontram limitações em sua implementação nas escolas públicas, revelando barreiras que dificultam a tradução dos princípios inclusivos em práticas concretas e eficazes no ambiente escolar (Cabral; Marin, 2017).

Um dos desafios centrais identificados é a escassez de formação e capacitação específica dos professores para trabalhar com alunos com TEA. Estudos apontam que a maioria dos professores não se sente preparada para atender às demandas educacionais de crianças com TEA, o que afeta a qualidade das práticas pedagógicas e limita o desenvolvimento pleno das habilidades de leitura e escrita desses alunos (Whalon; Hart, 2011). A falta de formação também é acompanhada por uma deficiência de recursos pedagógicos adaptados,

um problema apontado por LaBarbera e Soto-Hinman (2009), que defendem a necessidade de materiais específicos e metodologias de ensino diferenciadas para o contexto inclusivo. O ensino de alfabetização para crianças com TEA, portanto, requer não apenas uma adaptação curricular, mas também um investimento em capacitação continuada dos educadores, visando o desenvolvimento de competências que lhes permitam atuar de forma mais eficaz nesse processo (Soares, 2023). Fengshunyu e Chen (2023) sugerem que, sem esses recursos e preparo, o ambiente escolar pode não ser suficientemente acolhedor, impactando negativamente a adaptação e o desenvolvimento dos alunos com TEA.

Apesar dos desafios, as políticas públicas para a educação inclusiva oferecem oportunidades importantes, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento das necessidades educacionais específicas de crianças com TEA. Ao focar na individualização das práticas pedagógicas e no acompanhamento sistemático dos avanços de cada estudante, é possível promover uma alfabetização mais eficaz e inclusiva (Cabral; Marin, 2017). A implementação de intervenções mais direcionadas e adaptadas, como recomendado por Fengshunyu e Chen (2023), representa uma oportunidade de transformar a sala de aula em um espaço mais acessível e estimulante para estudantes com TEA.

Nesse ínterim, é fundamental reconhecer a importância de uma abordagem interdisciplinar na formulação e implementação das políticas públicas voltadas à alfabetização e letramento de crianças com TEA. Profissionais de áreas como a psicologia, fonoaudiologia e terapia ocupacional podem fornecer conhecimentos e práticas que potencializam o processo de ensino-aprendizagem para esses alunos. Como aponta a pesquisa de Whalon e Hart (2011), intervenções que levam em conta a multidimensionalidade das necessidades educacionais e terapêuticas têm mostrado resultados positivos, reforçando que a educação inclusiva para alunos com TEA não pode ser responsabilidade apenas dos educadores, mas sim de uma equipe colaborativa que trabalhe para desenvolver um plano de ensino individualizado e focado no potencial de cada aluno.

A falta de continuidade nas políticas públicas de alfabetização e letramento para crianças com TEA é um obstáculo frequentemente apontado em estudos recentes (Pereira, 2023; DE Oliveira et al., 2022), pois sem uma política consistente e com diretrizes de longo prazo, torna-se difícil alcançar resultados significativos na educação inclusiva. Soares (2023) destaca que uma política pública inclusiva eficaz deve contemplar mecanismos de monitoramento e avaliação, permitindo que ajustes e melhorias sejam feitos conforme a realidade educacional e as demandas dos alunos evoluam, assegurando que o processo de alfabetização e letramento seja contínuo, adaptável e verdadeiramente inclusivo.

3 IMPACTO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E LUDICIDADE EM CRIANÇAS COM TEA

Como mencionado no tópico anterior, a formação continuada de professores é um fator crucial no sucesso do processo de alfabetização de crianças com TEA, e as políticas públicas desempenham um papel vital em promover essa capacitação. No entanto, a efetividade dessas políticas ainda é limitada. Segundo Soares (2023), muitos programas de formação continuada carecem de conteúdos específicos para o ensino de crianças autistas, abordando pouco as metodologias ativas, a aplicação de tecnologias assistivas e a importância da ludicidade no ambiente escolar.

A ausência de uma formação especializada no contexto das políticas públicas brasileiras reflete-se nas dificuldades enfrentadas pelos professores para implementar práticas inclusivas que contemplem a ludicidade como estratégia pedagógica. Estudos como o de De Oliveira et al. (2022) destacam que a maioria dos programas de capacitação são voltados para práticas de inclusão em um contexto geral, deixando de abordar as nuances específicas do TEA e o papel fundamental do brincar no desenvolvimento cognitivo dessas crianças. A literatura aponta que abordagens inclusivas eficazes requerem uma formação que vá além do básico, capacitando os professores a identificar, adaptar e aplicar estratégias de ensino de leitura e escrita que respeitem as particularidades do desenvolvimento cognitivo e comportamental das crianças com TEA, incorporando elementos lúdicos que tornem o aprendizado mais significativo e prazeroso (Robledo, 2017).

A ludicidade desempenha um papel fundamental no processo de alfabetização e letramento de crianças com TEA, proporcionando um ambiente de aprendizagem mais acessível e motivador. Como afirma Kishimoto (2017), "o jogo é uma atividade rica e de grande efeito que responde às necessidades lúdicas, intelectuais e afetivas, estimulando a vida social e representando, assim, importante contribuição na aprendizagem" (p. 45). Para crianças com TEA, que frequentemente apresentam dificuldades na comunicação e interação social, as atividades lúdicas podem servir como ponte para o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita, reduzindo ansiedades e criando associações positivas com o processo de aprendizagem.

O entendimento da importância do jogo na educação encontra respaldo nas teorias clássicas de Johan Huizinga e Jean Piaget. Huizinga (1980), em sua obra seminal "Homo Ludens", estabelece que o jogo é anterior à cultura e constitui elemento fundamental da experiência humana, sendo um fenômeno cultural primário que permeia todas as manifestações da vida social. Esta perspectiva é especialmente relevante para crianças com TEA, pois o jogo oferece uma forma natural e não ameaçadora de engajamento social e cognitivo. Complementando essa visão, Piaget (1969) demonstra que a função das atividades lúdicas consiste em satisfazer o eu por meio de uma transformação do real em função dos desejos, e que os jogos não são apenas uma forma de desafogo ou entretenimento para gastar energia das crianças, mas meios que contribuem e enriquecem o desenvolvimento intelectual. Para crianças com TEA, essa transformação do real através do jogo permite uma adaptação gradual aos processos de aprendizagem,

facilitando a assimilação de conceitos abstratos relacionados à leitura e escrita. A integração dessas perspectivas teóricas fundamenta a necessidade de incorporar estratégias lúdicas no processo educativo, especialmente considerando as particularidades do espectro autista, onde o jogo pode servir como mediador eficaz entre o mundo interno da criança e as demandas externas do processo de alfabetização.

Outro ponto relevante é o papel das tecnologias assistivas, que, quando integradas às práticas pedagógicas lúdicas, promovem um ambiente de aprendizagem mais acessível e estimulante. Conforme LaBarbera e Soto-Hinman (2009), o uso dessas ferramentas no processo de alfabetização e letramento é potencializado pela formação continuada dos professores, que precisam ser capacitados para utilizá-las com eficácia em contextos lúdicos. No entanto, as políticas públicas ainda são limitadas em sua capacidade de incluir a formação em tecnologias assistivas de maneira abrangente e prática. Professores sem treinamento específico tendem a sentir dificuldades ao introduzir essas tecnologias em atividades lúdicas, limitando, assim, seu potencial no apoio ao desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita em crianças com TEA (Whalon, 2018).

As metodologias ativas, como a gamificação e a aprendizagem baseada em projetos, têm demonstrado eficácia no ensino de crianças com TEA, especialmente quando combinadas com elementos lúdicos, mas sua aplicação ainda é incipiente na maioria das escolas públicas brasileiras (Haungs, 2018). A formação continuada que inclui essas metodologias pode criar um ambiente de aprendizado mais interativo, divertido e focado nas necessidades individuais dos estudantes. Contudo, a implementação dessas práticas depende de políticas públicas que incentivem e apoiem financeiramente a capacitação dos professores. No contexto atual, muitos educadores enfrentam barreiras para adotar essas metodologias lúdicas, resultando em uma alfabetização e letramento menos inclusivos e, em alguns casos, ineficazes.

Por fim, a continuidade e a atualização das políticas de formação são essenciais para acompanhar as novas descobertas sobre o ensino de crianças com TEA, incluindo pesquisas sobre a eficácia da ludicidade no processo de alfabetização. Estudos recentes sugerem que a formação deve ser dinâmica, adaptando-se às mudanças na compreensão sobre o desenvolvimento de habilidades de letramento em crianças com TEA e incorporando estratégias lúdicas inovadoras (Lee et al., 2022). A ausência de políticas que promovam uma formação continuada e atualizada, que contemple a ludicidade como ferramenta pedagógica, contribui para a defasagem das práticas educacionais, limitando o alcance e a eficácia das iniciativas inclusivas. Portanto, a análise crítica do impacto dessas políticas evidencia a necessidade de revisões e melhorias nos programas de formação continuada, de modo a capacitar os professores para enfrentar os desafios do ensino inclusivo e garantir uma alfabetização e letramento de qualidade, prazeroso e significativo para crianças com TEA.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta pesquisa ressaltam a importância de uma abordagem detalhada para avaliar o impacto das políticas públicas de formação continuada de professores no processo de alfabetização e letramento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os resultados sugerem que, embora existam iniciativas e políticas voltadas para a inclusão educacional, ainda há um longo caminho a percorrer para que essas práticas sejam efetivamente implementadas e alcancem as especificidades de aprendizagem dos estudantes com TEA.

Um dos principais pontos abordados é a necessidade de políticas de formação que contemplem conteúdos específicos para o ensino de crianças com TEA, incluindo o uso de tecnologias assistivas e metodologias ativas que promovam um ambiente de aprendizagem inclusivo. Como discutido ao longo da pesquisa, a capacitação contínua dos educadores é essencial para que possam adaptar suas práticas pedagógicas, utilizando ferramentas e estratégias que respeitem o ritmo e as particularidades dos estudantes autistas. Nesse sentido, a formação continuada precisa ser atualizada constantemente, acompanhando novas pesquisas e práticas educativas voltadas para a inclusão, como sugerido por autores como Soares (2023) e De Oliveira et al. (2022).

Outro aspecto relevante identificado é o papel das tecnologias assistivas e metodologias ativas no apoio ao letramento de crianças com TEA. A formação dos professores para utilizar essas ferramentas de maneira eficaz é fundamental para que possam facilitar o desenvolvimento da leitura e escrita de seus alunos. No entanto, as limitações das políticas públicas em incluir tais capacitações no currículo de formação continuada ainda são um entrave, deixando os professores desamparados e, em muitos casos, despreparados para atender às necessidades específicas desses estudantes. A superação dessas barreiras depende de uma revisão das políticas de formação, bem como de um compromisso maior das instituições em fornecer apoio e recursos adequados para a implementação dessas práticas.

As limitações encontradas na literatura e a falta de estudos empíricos robustos também evidenciam a necessidade de mais pesquisas que investiguem a aplicabilidade e eficácia das metodologias de ensino voltadas para a alfabetização e letramento de crianças autistas, especialmente no contexto brasileiro. A partir de estudos futuros, será possível compreender melhor os desafios e possibilidades da formação continuada e propor estratégias que realmente atendam às necessidades dos educadores e alunos, contribuindo para a construção de um sistema educacional mais inclusivo.

Em conclusão, para que as políticas públicas de formação continuada de professores possam impactar positivamente o processo de alfabetização e letramento de crianças com TEA, é imprescindível um esforço conjunto entre governo, instituições de ensino e pesquisadores. Apenas com uma abordagem colaborativa e comprometida será possível garantir que as práticas inclusivas se tornem uma realidade em sala de aula, promovendo o desenvolvimento acadêmico e social de todos os alunos. Assim, esta pesquisa busca contribuir para a reflexão e o aprimoramento das políticas de formação, com vistas a

uma educação que valorize e respeite as diferenças, promovendo uma inclusão verdadeira e eficaz no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

CABRAL, C. S.; MARIN, A. H. Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura. **Educational Review**, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698142079>. Acesso em: 5 maio 2025.

COLOMBO, M. G. **Alfabetização e autismo: a importância da revisão das práticas utilizadas no ambiente escolar**. 2023. [s.l.]: [s.n.].

DE OLIVEIRA, F. M. et al. Educação especial inclusiva, processo de alfabetização e Transtorno do Espectro Autista no Brasil: entre o incluir e o educar. **Revista de Educación Inclusiva**, v. 15, n. 2, p. 83-100, 2022.

FENGSHUNYU, C. Facilitating inclusive school adjustment for students with autism: challenges and intervention strategies. **Lecture Notes in Education Psychology and Public Media**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.54254/2753-7048/14/20230963>. Acesso em: 5 maio 2025.

HASSANI, F.; SHEIKH, M.; SHAHRBANIAN, S. The physical literacy and children with autism. **Early Child Development and Care**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03004430.2020.1766452>. Acesso em: 5 maio 2025.

HAUNGS, L. **Effective literacy instructional strategies for use by general education teachers with students on the autism spectrum**. 2018. [s.l.]: [s.n.].

HUIZINGA, J. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

LABARBERA, R.; SOTO-HINMAN, I. Toward a model of promoting literacy for students with Autism Spectrum Disorder in the general education classroom. 2009. [s.l.]: [s.n.].

LEE, S. et al. Professional development for teachers of young children with ASD: a systematic review. **Teugsu Gyoyug**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18541/ser.2022.2.21.1.87>. Acesso em: 5 maio 2025.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

ROBLEDO, J. **Facilitating local understanding and literacy development for students with Autism Spectrum Disorder through teacher training**. 2017. [s.l.]: [s.n.].

SOARES, J. B. **Educação inclusiva e o processo de alfabetização e letramento: percepção de professores atuantes em escolas públicas de Tramandaí/RS**. 2023. [s.l.]: [s.n.].

SRI, W. Studies literacy reading autistic children. **KnE Social Sciences**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18502/kss.v8i8.13299>. Acesso em: 5 maio 2025.

WHALON, K.; HART, J. E. Children with Autism Spectrum Disorder and literacy instruction: an exploratory study of elementary inclusive settings. **Remedial and Special Education**, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0741932510362174>. Acesso em: 5 maio 2025.

WHALON, K. Enhancing the reading development of learners with Autism Spectrum Disorder. **Seminars in Speech and Language**, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1055/S-0038-1628366>. Acesso em: 5 maio 2025.